

O método pragmático

LILIAN FURQUIM E PAULO GALA¹

Os economistas contam sim com ferramentas úteis para conhecer os sistemas econômicos, mas essas ferramentas ou modelos são sempre parciais e imprecisos. Não há uma única teoria econômica mas um conjunto de conceitos e modelos, nem sempre perfeitamente coerentes entre si, que nos permitem estudar sob diversos ângulos o sistema econômico.²

Além das já conhecidas contribuições para o debate nas áreas de macroeconomia, teoria do Estado e administração pública, existe hoje considerável trabalho do professor Luiz Carlos Bresser-Pereira ainda não conhecido no campo de estudo da metodologia da economia. Após haver iniciado e estruturado, no final dos anos 1980, na Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, um curso que trata dessa temática, o autor tem produzido várias obras sobre o assunto. Entre essas, destacam-se o texto “*The irreducibility of macro to microeconomics: a methodological approach*”, de 1996, escrito em co-autoria com Gilberto Tadeu Lima; “Método e paixão em Celso Furtado”, homenagem que o autor prestou a Celso Furtado em 2001, por ocasião de seu octogésimo aniversário; e o seu mais recente estudo, “*Economics’ two methods*”, apresentado na última reunião da European Association for Evolutionary Political Economy, em Maastricht, no final de 2003.

¹ Agradecemos os comentários e sugestões de José Marcio Rego e Danilo Araújo Fernandes, cabendo as isenções de praxe.

² Bresser-Pereira, 2003a:2.

Aproveitando a oportunidade proporcionada pela organização deste livro em homenagem a Bresser-Pereira, esta breve nota tem por objetivo contribuir para a análise do método de trabalho em economia que o autor propõe. Ressaltaremos, a partir da leitura de seus textos sobre metodologia, duas das principais características de seu método de pesquisa, a nosso ver fortemente responsáveis pelo sucesso e proficuidade de sua obra: a noção de razoabilidade científica e a importância da abordagem histórica. Ademais, procuraremos destacar o veio filosófico do pragmatismo que nos parece bastante pertinente para a análise do pensamento neo-estruturalista do autor, especialmente no que diz respeito à perspectiva de resolução de problemas encontrada em seus estudos. Para ficar aqui em dois registros: a teoria da inflação inercial e a interpretação da crise do Estado brasileiro. Ao perceber problemas novos e específicos da realidade brasileira, Bresser-Pereira procurou teorizar de modo a propor soluções criativas para questões distintas das encontradas nos países desenvolvidos e, portanto, já amplamente tratadas pela teoria econômica.

É curioso notar que, nesse percurso de análise da metodologia do autor, surge uma grande semelhança entre aspectos de seu pensamento e as propostas do físico, filósofo e matemático Charles S. Peirce, conhecido como um dos fundadores do pragmatismo norte-americano. Bresser-Pereira, pesquisando no campo das ciências sociais, mais especificamente em economia, chega a conclusões filosóficas e metodológicas muito próximas das idéias de Peirce, que trabalhou, como sabemos, no campo das ciências naturais, mais particularmente com a astronomia. Veremos a seguir que os conceitos de pragmatismo e abdução, centrais na obra de Peirce, encontram importantes correlatos nos trabalhos de Bresser-Pereira.

Razoabilidade

Nas notas introdutórias ao texto “Os dois métodos da teoria econômica”, Bresser-Pereira levanta questões importantes no que diz respeito à postura dos cientistas em geral, e mais especificamente à dos economistas, quanto à dimensão normativa e positiva da ciência. Ao tocar a discussão filosófica de

realismo e relativismo, assume uma posição intermediária entre o fundacionalismo e o relativismo radical.³ Ressalta a importância das virtudes morais do cientista, especialmente a modéstia, que seria compatível com um ecletismo necessário para o avanço do conhecimento em economia. A dificuldade da busca da verdade, sobretudo nas ciências sociais, tornaria ainda mais importante o processo comunitário de pesquisa, com a valorização dos diversos pontos de vista na comunidade e do debate científico. Propõe uma abordagem que define como “realismo modesto”, deslocando a discussão sobre a verdade para o campo da moral:

A incompatibilidade do trabalho científico com o relativismo é, inclusive, de caráter moral. Se não acredito que a verdade possa ser alcançada, não faz sentido buscá-la, ou defendê-la. Por outro lado, se entendo que há critérios simples e claros que distinguem o verdadeiro do falso, corro o risco moral da arrogância, uma paixão que cega quem por ela é dominado. É importante o adjetivo “radical” apostado ao relativismo, porque há muitos defensores do relativismo que não são realmente relativistas: são críticos do positivismo – ou seja do realismo radical do final do século XIX que supunha existirem critérios objetivos e cristalinos para definir a verdade. O realismo no qual acredito inclusive para as ciências naturais – o que dizer, então, das ciências sociais? – é o realismo modesto.⁴

Para fundamentar seu posicionamento filosófico, critica o positivismo do final do século XIX e início do século XX e o relativismo do neopragmatismo de Richard Rorty:

A busca científica do conhecimento verdadeiro é incompatível tanto com um relativismo radical quanto com um positivismo ingênuo. Os pragmáticos americanos, freqüentemente acusados de relativismo, recusam esse nome, ainda que, paradoxalmente, recusem também que o objetivo da ciência seja a verdade entendida como “aquilo que corresponde à nature-

³ Ver, a respeito, Hands (2001:216), sobre a *new economic methodology*.

⁴ Bresser-Pereira, 2003a:3.

za intrínseca da realidade”. Compreendo que se insurjam contra o platonismo, mas, se eliminassem a palavra “intrínseco” da frase anterior, e se enfatizassem a necessidade de modéstia em relação às próprias idéias, estaríamos sendo realistas ao invés de positivistas, e não precisaríamos substituir radicalmente a epistemologia pela hermenêutica como o faz Rorty, mas adotá-la sem necessidade de radicalizar seu pensamento. A hermenêutica, na medida em que lida com problemas de difícil interpretação, com o “discurso anormal”, seria valorizada. E poderíamos, pragmaticamente, concordar com Rorty que, principalmente em relação às ciências sociais e à própria filosofia, a investigação humana não é uma tentativa de descrever perfeitamente a realidade, mas sim de alcançar objetivos transitórios e resolver problemas transitórios.⁵

Nessa perspectiva eclética, abre-se espaço para a convivência de diversas teorias, não necessariamente redutíveis a um arcabouço comum: a economia neoclássica, ocupando papel importante na análise microeconômica; a escola clássica, insuperável para entender os determinantes de crescimento de longo prazo das economias; por fim, a macroeconomia keynesiana, para a discussão do comportamento dos agregados de curto prazo e para a condução da política econômica. A cada uma dessas corresponde também um método de trabalho principal. Para a economia neoclássica, o dedutivismo lógico acompanhado do individualismo metodológico. Para a macroeconomia keynesiana e a escola clássica, o holismo metodológico acompanhado primordialmente de raciocínios do tipo “histórico-dedutivos”, que abordaremos com calma mais adiante. É importante notar que essas distinções de postura metodológica estão na origem das diferenças entre essas escolas de pensamento, não havendo aqui nenhum problema de coerência. Para cada questão a ser solucionada, um método pode apresentar-se como superior ao outro, o que reafirma o ecletismo em seu sentido positivo como defendido pelo autor.

⁵ Bresser-Pereira, 2003a:3

Kevin D. Hoover, um ex-filósofo da ciência e atual macroeconomista da Universidade da Califórnia-Davis defende em seu texto "*Pragmatism, pragmatism and economic method*" que os economistas e metodólogos deveriam prestar mais atenção às idéias do filósofo americano Charles S. Peirce. Ao identificar a presença do pragmatismo em economia nas propostas de Deirdre McCloskey e Roy Weintraub, Hoover defende uma aproximação ao pragmatismo desenvolvido originalmente por Peirce. Ressalta ainda algumas diferenças entre as idéias de Charles S. Peirce e de John Dewey e William James que inspirariam as recomendações, por vezes exageradas, do neopragmatismo de Richard Rorty. Dewey e James estariam indo longe demais com a filosofia pragmatista, correndo riscos de transformá-la num mero praticalismo, "*whatever works is true*". Peirce, ao perceber esse movimento, cunhou um novo termo que poderia então ser capaz de melhor definir sua proposta:

o escritor, encontrando seu "pragmatismo" assim promovido, sente que é tempo de dizer adeus e deixá-lo ao seu próprio destino; enquanto que para expressar a exata definição original, ele pede para anunciar o nascimento da palavra "pragmaticismo", que é feia o suficiente para estar segura de seqüestradores.⁶

No pragmaticismo de Peirce, a verdade é uma crença não abalada por dúvida. Na base de seu pensamento, está a relação entre crença e dúvida. A partir do momento em que uma crença for afetada por dúvida, a mente investigativa sairá em busca de uma nova crença para suprimir a dúvida correspondente. Nesse movimento, a contradição criada pela dúvida deverá ser extinta e, só então, o equilíbrio será restabelecido. O problema é, portanto, descobrir como as crenças são fixadas. Segundo Peirce, existem quatro métodos de fixação de crenças: *tenacidade*, *autoridade*, *a priori* e o *método da ciência*. No primeiro, as crenças são fixadas e evita-se por decisão própria a exposição a outras crenças que poderiam trazer dúvidas. No segundo,

⁶ Peirce, 1958:186.

proíbe-se a adoção de outras crenças que não a oficial. No terceiro, a crença é fixada segundo a opinião vigente em grupos ou comunidades, estando recorrentemente sujeita a modismos. Para Peirce, todos esses métodos são intrinsecamente instáveis na medida em que a restrição externa que protege as crenças de dúvidas (decisão própria, lei ou opinião geral) pode ser abalada no convívio social, no confronto com as crenças de outros povos ou pessoas. Só seriam estáveis para um ermitão.⁷

Segundo Peirce, o método da ciência supera todos os outros, já que ele se auto-restringe ou regula. Parte já da hipótese implícita nos outros métodos de que “existem coisas reais, cujas características são inteiramente independentes de nossas opiniões sobre elas”. Como observa Hoover,

essas coisas reais estão sujeitas a leis que podem ser descobertas através de raciocínio e experiência, levando finalmente a uma conclusão Verdadeira. É importante notar que Peirce não abandona aqui sua negação de uma posição privilegiada por trás das crenças. Manter que existe uma verdade não significa clamar que alguém a possui. O método da ciência, na visão de Peirce, é um método que na totalidade do tempo poderia atingir a verdade, mas não fornece nenhuma garantia para o presente.⁸

A proposta do pragmatismo de Peirce pressupõe, portanto, um tipo de realismo necessário à pesquisa científica, que o distanciaria de posições relativistas. Segundo Hoover, o tipo de realismo defendido por Peirce “levanta rapidamente a possibilidade de conhecimento fundamentado e nos põe de guarda contra a complacência e o orgulho arrogante de pensarmos que sabemos a verdade final”.⁹

Analisando Peirce, Hoover ressalta que a humildade intelectual surge da crença na existência de uma verdade, mesmo que reconheçamos a grande dificuldade em alcançá-la. Depende assim do reconhecimento de que outros também a procuram e do reconhecimento de que podemos ainda

⁷ Peirce, 1958:101-112.

⁸ Hoover, 1994:298.

⁹ Ibid., p. 300.

não tê-la achado, o que contribuiria para a busca de comensurabilidade entre os diversos cientistas. Nesse ponto, encontramos grande semelhança entre as propostas de Peirce e as recomendações de Bresser-Pereira sobre modéstia, ecletismo e pluralismo. Diz Bresser-Pereira:

A verdade é uma só. Ela está na realidade dos seres e das relações que os seres humanos estabelecem entre si, não nas próprias idéias, que são a forma através da qual a expressamos. A verdade não é nem transcendental – não está nas próprias idéias –, nem instrumental – não depende do uso que lhe demos –, nem relativa: não depende de quem a veja ou de como é vista. A “nossa verdade” pode assim ser, mas isto apenas sugere a dificuldade em desvendarmos a verdade. A dificuldade da tarefa de descobrir a verdade não justifica o relativismo, justifica apenas a modéstia em afirmá-la, e a tolerância em relação à verdade dos outros.¹⁰

Abordagem histórica

Ao analisar as diferenças entre as formas de pensar da macroeconomia e da teoria do desenvolvimento econômico e da microeconomia, Bresser-Pereira chama a atenção para o *approach* metodológico presente em cada uma dessas disciplinas, como já aqui mencionamos, com a microeconomia sendo primordialmente lógico-dedutiva, enquanto a macroeconomia e a teoria do desenvolvimento são mais histórico-indutivas. Para melhor caracterizar sua tese, defende a idéia de que tanto a macroeconomia quanto a teoria do desenvolvimento dependem de raciocínios do tipo “histórico-dedutivos” ou ainda do “método do fato histórico novo”, que seriam capazes de construir hipóteses a partir da observação dos fatos, especialmente dos fatos novos sempre presentes no objeto de estudo das ciências sociais:

O economista, portanto, nestas duas grandes áreas, adota a forma clássica de pesquisa científica das ciências naturais: examina a realidade e bus-

¹⁰ Bresser-Pereira, 2003b:2.

ca regularidades. Mas o faz com muito mais modéstia. Ele usa principalmente a indução, mas naturalmente também a dedução. O que o pesquisador faz é essencialmente generalizar a partir do estudo da realidade, que, no caso das ciências sociais, é sempre uma realidade histórica. O próprio sistema de mercado é uma realidade histórica.¹¹

O autor ressalta ainda que a convivência dos métodos lógico-dedutivo e histórico-dedutivo não se restringe à ciência econômica, encontrando-se também na ciência política. Apesar do precedente de uma postura mais abstrata em Platão, pensadores clássicos da política, a partir de Aristóteles, valeram-se do método histórico-dedutivo – Maquiavel, Vico, Hegel e Marx, para ficar em alguns nomes. O contratualismo de Hobbes, por outro lado, assume uma postura bastante distinta. Em vez de entender o surgimento do Estado como consequência da evolução de um processo histórico como pensaram os clássicos, deriva logicamente a sua existência a partir de um contrato ótimo feito entre o Estado e os cidadãos. A partir da idéia de um estado natural de guerra entre os homens, faria sentido o surgimento ou a criação de uma instância superior, capaz de adjudicar essas disputas. Os homens abririam mão de sua liberdade em prol da ordem legal imposta pelo Estado. Hobbes privilegia o método lógico-dedutivo em detrimento do histórico-dedutivo, adotando assim uma nova perspectiva para o estudo da política.

O método do fato histórico novo, proposto por Bresser-Pereira, decorre da natureza histórica da evolução das economias e sociedades. Não se trata apenas de estudar história tendo o passado como fonte de inspiração para o entendimento do presente. A postura da abordagem histórica deixa o pesquisador sempre alerta para o surgimento de novos fatos no contexto social e econômico atual. Por conta de inovações institucionais, tecnológicas ou ainda políticas, a realidade econômica é sempre mutante. Para dar conta de analisar a evolução de um processo desse tipo, é fundamental que se considerem os novos fatos históricos surgidos a partir dessas inovações. Portanto, o único método capaz de lidar com essa realidade sempre cambiante será

¹¹ Bresser-Pereira, 2003b:20.

o da busca incessante de novos padrões e regularidades – o método histórico-dedutivo, nas palavras do autor. Nesse ponto, aparece a fragilidade de raciocínios lógico-dedutivos que partem sempre de algum *a priori* imutável. Abre-se então espaço para a indução, que também não está isenta de críticas, como sabemos. Bresser-Pereira, ao qualificar essa questão, parece ter em mente justamente um dos pontos mais importantes para o pensamento de Charles S. Peirce, como veremos a seguir:

A objeção cética de que toda inferência indutiva não é justificada – o célebre “problema da indução” de Hume – embora interessante não pode ser aceita. Não apenas porque ela vai contra o bom senso que nos diz que boa parte do conhecimento é resultado de inferências indutivas. Também porque, como argumenta Foster, a inferência indutiva se justifica quando ela se constitui na “melhor explicação” para o problema que está sendo examinado.¹²

Uma das grandes contribuições de Peirce à lógica encontra-se nos seus trabalhos sobre abdução, numa definição simples: o ato de procurar um traço ou característica num fenômeno e, a partir daí, sugerir uma hipótese explicativa (Peirce, 1958). Mark Blaug caracteriza uma abdução como um raciocínio distinto da indução e dedução. Uma indução que não pode ser logicamente abandonada, pois surge desde logo como temporária e falível, uma conjectura. Segundo Blaug, muita confusão poderia ser evitada se pudessemos usar a palavra abdução para racionalizações não demonstradas, vulgarmente chamadas de indução. Como o papel da dedução é conferir consistência ao pensamento e dada a incapacidade de demonstração das induções, caberia ao processo de abdução a responsabilidade na criação das idéias na ciência. Vejamos o exemplo a seguir, utilizado por Peirce e retirado da *Stanford Encyclopedia of Philosophy*.¹³

1. O silogismo AAA-1 (Barbara): todos M são P, todos S são M, portanto todos S são P é um exemplo de dedução. Agora façamos uma ligação

¹² Bresser-Pereira, 2003b:20.

¹³ Burch, 2001.

desse silogismo com um problema de amostragem. Vamos supor que ser M significa pertencer a uma dada população – por exemplo, uma bola numa população de bolas em alguma urna. Vamos supor que P seja uma característica de um membro dessa população – por exemplo, ser vermelho. E, por fim, vamos supor que ser S significa ser membro de uma amostra aleatória retirada da população. Desse modo, o silogismo ficaria: todas as bolas numa urna são vermelhas, todas as bolas de uma amostra aleatória particular são retiradas dessa urna, portanto todas as bolas dessa amostra particular são vermelhas.

2. Vejamos o que acontece se trocarmos a conclusão com a premissa principal. Todos S são P, todos S são M, logo todos M são P. Esse é o silogismo inválido AAA-3. Vamos considerar esse argumento em termos do problema de amostragem: todas as bolas numa amostra particular são vermelhas, todas as bolas dessa amostra aleatória particular são retiradas de uma urna, logo todas as bolas dessa urna são vermelhas. Encontramos assim um argumento que liga a amostra à população, para Peirce o principal significado da indução.

3. Por fim, vejamos o que acontece se trocarmos a conclusão com a premissa menor: todos M são P, todos S são P, logo todos S são M. Esse é o silogismo inválido AAA-2. Vejamos esse resultado em termos de teoria de amostragem: todas as bolas numa urna são vermelhas, todas as bolas de uma amostra aleatória particular são vermelhas, logo todas as bolas dessa amostra aleatória particular são retiradas dessa urna. O que temos aqui não é um argumento que vai da população para a amostra (dedução), nem da amostra para a população (indução), é um argumento provável, distinto de ambas, que Peirce denominou abdução. No caso, o fato de as bolas serem vermelhas faz com que seja provável que elas pertençam a uma dada urna, mas não há nenhuma garantia a esse respeito.

Um dos grandes exemplos de abdução na história da ciência encontra-se no estudo dos movimentos planetários. O astrônomo Johannes Kepler observou que, se as órbitas dos planetas fossem supostamente elípticas, grande parte das medições obtidas por astrônomos ao longo de séculos poderia ser explicada de forma satisfatória. A partir daí, criou uma de suas mais

importantes leis de movimento planetário.¹⁴ Como destaca Peirce, o avanço da ciência depende da observação dos fatos por mentes equipadas com as idéias apropriadas. Ao observar regularidades no estudo de fenômenos, o cientista faz uma espécie de julgamento intuitivo, que seria originário na formulação das hipóteses necessárias para o avanço da pesquisa através da dedução e indução.

Ainda sobre a questão do caráter histórico do processo econômico que inspira as recomendações de Bresser-Pereira, não parece difícil perceber que uma solução possível para lidar com o problema das realidades mutantes em economia seria a adoção da abdução como método de trabalho. Para analisar um processo que apresenta evolução histórica e não-repetitiva, restaria ao cientista identificar as novidades ou inovações a partir da observação de regularidades e fatos estilizados e, daí, então teorizar acerca dos fenômenos percebidos. Nas palavras do autor:

Para pensar a economia, formular as hipóteses explicativas de seu funcionamento e propor as políticas econômicas necessárias aos fins socialmente acordados (estabilidade, crescimento, distribuição), o economista, cujos problemas hoje são fundamentalmente macroeconômico e do desenvolvimento econômico, deve observar a realidade, verificar como os fenômenos ocorrem e se repetem, e a partir desse processo inicialmente indutivo, mas na verdade indutivo-dedutivo, ele infere seu modelo ou sua explicação.¹⁵

Referências bibliográficas

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Os dois métodos da teoria econômica. maio 2003a. ms.

_____. *Os dois métodos da teoria econômica*. São Paulo: FGV, jul. 2003b. (Textos para discussão, n. 127.)

¹⁴ Ver Hoover (1994:301).

¹⁵ Bresser-Pereira, 2003b:20.

BURCH, R. Charles Sanders Peirce. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy. Fall 2001*. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2001/entries/peirce>>.

HANDS, D. W. *Reflection without rules, economic methodology and contemporary science theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

HOOVER, K. D. Pragmatism, pragmaticism, and economic method. In: BACKHOUSE, Roger E. (Ed.). *Contemporary issues in economic methodology*. London: Routledge, 1994.

PEIRCE, C. S. *Selected writings (values in a universe of chance)*. Editor Philip Wiener. New York: Dover, 1958.